

AS CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE INFÂNCIA (S) E SEXUALIDADE (S)

FOUCAULT'S CONTRIBUTIONS TO A DISCUSSION ON CHILDHOOD (DREN) AND SEXUALITY

LAS CONTRIBUCIONES DE FOUCAULT A UNA DISCUSIÓN SOBRE LA INFANCIA Y LA SEXUALIDAD

Ana Carolina Bresolin Stakonski¹
<https://orcid.org/0000-0001-8612-1265>

Ivone Maria Mendes Silva²
<https://orcid.org/0000-0002-0058-091X>

Resumo: Este artigo objetiva discutir, a partir de contribuições providas do pensamento de Michel Foucault, de que maneira os poderes modernos incidem sobre os corpos infantis por meio do dispositivo de sexualidade, conduzido as condutas das crianças e produzindo uma determinada sexualidade infantil. Com base nesta proposta, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em obras de referência selecionadas para análise, o que possibilitou a construção de uma discussão teórico-conceitual sobre o tema. Tal estudo permitiu constatar que a criança e sua sexualidade são produzidas como objetos da ciência moderna, em especial dos discursos médico, psicológico e pedagógico, que se propõem a normatizar ações para conduzir as condutas infantis. Nesse contexto, o corpo da criança é capturado pelos saberes emergentes, na tentativa de torná-lo produtivo e docilizado. Para isso, as instituições familiares e escolares realizam um papel primordial como porta-vozes de tais saberes, assumindo um papel de vigilantes e produtores da infância moderna.

Palavras-chave: Infância. Sexualidade Infantil. Poder. Dispositivo de sexualidade. Modernidade.

Abstract: This article discusses, based on contributions from Michel Foucault's thought, the way childhood and infantile sexuality have been produced in modern times. In view of this objective, a bibliographic research was carried out on reference works selected for analysis, which enabled the construction of a theoretical-conceptual discussion on the theme. This study allowed us to verify that children and their sexuality are produced as objects of modern science, especially medical, psychological and pedagogical discourses, which aim to standardize actions to conduct children's behaviors. In this context, the child's body is captured by emerging knowledge, in an attempt to make it productive and docile. To this end, family and school institutions play a primary role as spokespeople for such knowledge, assuming the role of watchmen and producers of modern childhood.

1 Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Erechim – RS, Brasil.

2 Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Erechim – RS, Brasil.

Keywords: Childhood. Child Sexuality. Power. Sexuality device. Modernity.

Resumen: Este artículo analiza, a partir de las aportaciones del pensamiento de Michel Foucault, la forma en que se han fabricado la niñez y la sexualidad infantil en los tiempos modernos. En vista de este objetivo, se llevó a cabo una investigación bibliográfica sobre obras de referencia seleccionadas para el análisis, que permitió la construcción de una discusión teórico-conceptual sobre el tema. Este estudio permitió constatar que los niños y su sexualidad se producen como objetos de la ciencia moderna, especialmente discursos médicos, psicológicos y pedagógicos, que tienen como objetivo estandarizar acciones para la conducta de los niños. En este contexto, el cuerpo del niño es capturado por el conocimiento emergente, en un intento de hacerlo productivo y dócil. Para ello, las instituciones familiares y escolares juegan un papel primordial como portavoces de dicho conocimiento, asumiendo el papel de vigilantes y productores de la infancia moderna.

Palabras clave: Infancia. Sexualidad infantil. Poder. Dispositivo de sexualidad. Modernidad.

1 INTRODUÇÃO

A infância não ocupou um lugar central dentre as temáticas abordadas por Michel Foucault ao longo de sua carreira acadêmica. Não obstante, o autor apresenta contribuições substanciais para a discussão do tema, especialmente quando se refere à disciplina- rização dos corpos infantis e à produção da sexualidade. Podemos afirmar que a temati- zação da infância emerge no pensamento de Foucault especialmente quando relacionada às preocupações com o exercício do poder e com a condução de condutas na sociedade disciplinar.

Ademais, encontramos, em diversas produções do autor, elementos teórico-concei- tuais que podem ser utilizados como ferramentas ou chaves de leitura para a compreensão dos modos de fabricação social da concepção moderna de infância e do próprio sujeito in- fantil. Levando isso em conta, a presente pesquisa foi concebida com o objetivo de discutir, a partir de contribuições provindas do pensamento de Michel Foucault, de que maneira os poderes modernos incidem sobre os corpos infantis por meio do dispositivo de sexualidade, conduzido as condutas das crianças e produzindo uma determinada sexualidade infantil.

Como parte do recorte analítico adotado para a construção do artigo, optamos por mobilizar, primordialmente, os conceitos de poder e dispositivo de sexualidade para desen- volver a discussão então apresentada. Esses conceitos foucaultianos possibilitam refletir sobre o modo como a sexualidade infantil se insere na racionalidade moderna, a partir de sua regulação na ordem moral pautada no pudor da burguesia vitoriana que, posteriormen- te, se instrumentaliza com o dispositivo de sexualidade. Este último, pensado como ferra- menta dos poderes modernos (poder disciplinar e biopoder), fazem da infância uma faixa etária estratégica para a intervenção das instâncias disciplinares.-

Assim, tendo em vista o objetivo apresentado, foi realizada uma pesquisa bibliográfi- ca que possibilitou a construção de uma discussão teórico-conceitual sobre o tema a partir das contribuições das obras de referência selecionadas, visto que tal metodologia demanda a elaboração teórica própria a partir de materiais já publicados (GIL, 1991). Desse modo,

a discussão do tema a ser desenvolvida neste artigo adquire sua importância ao contribuir com uma reflexão aprofundada dos conceitos utilizados por Foucault para tratar da sexualidade em sua relação com a produção dos sujeitos infantis modernos.

Por isso, em um primeiro momento nos propomos a mergulhar em alguns de seus ditos e escritos, em busca de elementos que nos auxiliassem a elaborar uma reflexão sobre a construção moderna da ideia de infância, além dos modos como essa é relacionada à produção de uma determinada sexualidade aburguesada. Algumas das obras de Foucault selecionadas para a elaboração desse artigo são: “*Os anormais*”, “*A história da sexualidade: a vontade de saber*”, “*Microfísica do poder*” e “*Vigiar e punir: o nascimento da prisão*”. Em seguida, para além dos textos de Foucault, fomos em busca de autores comentadores, cujas publicações situam-se na esteira teórica foucaultiana, de modo a agregar reflexões relevantes para a consecução de nossos objetivos. Dentre eles podemos destacar: Bujes (2000), Corazza (2000) e Moruzzi (2017).

2 A CRIANÇAS NAS ENTRANHAS DO DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE

Para iniciarmos uma discussão que aborde de maneira direta a produção da sexualidade infantil, faz-se necessário o esclarecimento da maneira como Foucault percebe a construção moderna de uma determinada sexualidade. Para tanto, já no início de seu livro *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault (2017, p. 19) apresenta o que chama de “hipótese repressiva”, sendo essa a hipótese adotada por alguns teóricos para observar a emergência da maneira peculiarmente moderna de se relacionar com a sexualidade. Com base nela, a partir do século XVII, as relações sexuais teriam sido encerradas cuidadosamente na intimidade do casal conjugal. A burguesia vitoriana teria iniciado uma onda repressiva sobre todas as práticas sexuais que se desligassem do casal e da função reprodutora.

A partir da hipótese repressiva as leis ditadas pelo modelo do casal procriador inaugurariam um silêncio que paira sobre o sexo. Os discursos sobre o assunto seriam limpos e os corpos escondidos, caso contrário, o que foge à norma receberia o *status* de anormal e pagaria as sanções necessárias por sua transgressão. A vista disso, as sexualidades que escapam da norma ditada pelo casal procriador não encontrariam aceitação social, seriam negadas e fadadas ao silêncio.

Em suma, a partir da hipótese repressiva, o sexo é reduzido à procriação e, se não acata esse objetivo essencial, não encontra respaldo; é negado, escondido. Fora do quarto dos pais, “o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo” (FOUCAULT, 2017, p. 9). Por conseguinte, a criança, como ser biologicamente incapaz de atingir o objetivo da procriação, torna-se “refém do segredo”, ou seja, é isolada de todo e qualquer assunto ou prática que envolva o sexo.

Depois de apresentar essa hipótese, Foucault (2017) sustenta que seria uma ilusão fazer da repressão um elemento fundamental da história sexual da idade moderna, posto que esses elementos negativos (pois, somente repressivos) apresentam uma função técnica de poder/saber que ele pretende desnudar. Nas palavras do próprio Foucault (2017), essa hipótese repressiva se apresentaria como “modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade” (FOUCAULT, 2017, p. 9).

Assim, nos parece mais adequado, com base na teorização *foucaultiana*, pensar que um maior efeito na história da sexualidade é a expansão notavelmente excessiva de discursos sobre o sexo a partir da emergência da Modernidade. Esse é o ponto central que respalda a análise de Foucault sobre a produção da sexualidade. É a partir desse ponto que Foucault (2017) refuta, em parte, a hipótese repressiva que é apresentada no início do livro em questão. Para o autor, na Modernidade, o sexo vai ser submetido ao que entende como mecanismo de incitação ou ainda como proliferação discursiva, nessa concepção as práticas sexuais não são proibidas, como defendido pela hipótese repressiva, mas administradas, controlando o comportamento das pessoas de um modo geral.

Ao produzir sua analítica da história da sexualidade, Foucault (2017) não se preocupa em descrever como se davam os comportamentos sexuais de acordo com cada período. Ele interessou-se em compreender de que modo os mecanismos de poder forjaram uma determinada forma de se relacionar com as verdades sobre o sexo e como essas verdades receberam esse estatuto nas relações de poder vigentes na emergência da Modernidade, inaugurando a ideia de sexualidade que se inicia nos saberes científicos e se dissipa até as mais individuais condutas e mais solitárias ações.

Sua maneira de lidar com a história da sexualidade mostra que Foucault não a percebe como um “dado natural oculto”, a ponto de necessitar dos saberes para ser descoberto e do poder para suprimi-lo. Para Foucault (2017, p. 115), trata-se de uma produção, de algo fabricado,

um dispositivo histórico: não a realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas a grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

A partir do século XVIII, segundo Foucault (2017), as sociedades modernas ocidentais criaram e introduziram um dispositivo singular: o dispositivo de sexualidade. Esse não é pensado sobre as necessidades reprodutoras, mas no intuito de “proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (p. 116). A intenção do dispositivo de sexualidade é,

portanto, intensificar o corpo e valorizá-lo enquanto objeto de saber e elemento imerso nas relações de poder.

Por esse motivo, o autor não percebe a sexualidade a partir de uma hipótese repressiva, mas, sim, por meio do dispositivo de sexualidade, como uma produção moderna. Para ele, “a política do sexo não põe em ação, fundamentalmente, a lei da interdição, mas todo um aparato técnico, e tratando-se antes da produção da ‘sexualidade’ do que da repressão do sexo” (FOUCAULT, 2017, p. 124-125).

Essa tecnologia do sexo que nasce no século XVIII torna o tema um assunto também do Estado e de todo corpo social, não restrito aos leigos. Os diferentes saberes apropriam-se das questões do sexo e produzem verdades sobre ele, modificando sua prática no real, subvertendo suas normas reguladoras e, com isso, mudando seu futuro na direção do funcionamento de um dispositivo de sexualidade. Em outras palavras, a pedagogia, a medicina e a economia tornam-se produtoras da sexualidade Moderna. A primeira, como responsável pelo controle da sexualidade específica da criança, exercida tanto nas escolas como na família (FOUCAULT, 2017).

No fim do século XVIII, aparece de maneira repentina, no contexto familiar, a figura da “criança masturbadora” (FOUCAULT, 2001, p. 73), que se insere nos saberes pedagógicos como um “indivíduo absolutamente universal”, no entanto, desconhecido. Desconhecido porque faz parte de um “segredo universal, o segredo compartilhado por todo mundo, mas que ninguém comunica a ninguém” (p. 74).

No âmbito dos saberes, esse segredo é visto como a essência de todo o mal. A prática médica lançará mão de inúmeros recursos para prevenir o ato masturbatório, já que seus saberes criam diversas doenças (nervosas, corporais e psíquicas) que seriam supostamente derivadas desse ato. Nas palavras de Foucault (2001, p. 76) os saberes médicos da época defendiam que, “a masturbação é capaz de provocar não apenas as piores doenças, mas também as piores deformidades do corpo e, por fim, as piores monstruosidades do comportamento”. Assim, a partir de um determinado momento, as práticas masturbatórias passaram a ser perseguidas incisivamente, como uma epidemia grave a ser combatida em prol do bem-estar de toda a sociedade (FOUCAULT, 2018).

Em decorrência disso, fez-se urgente uma “reorganização das relações entre crianças e adultos, pais, educadores, era a intensificação das relações intrafamiliares” (FOUCAULT, 2018, p. 348). A criança torna-se o centro da relação com os adultos, os seja, passa a ser fabricada por uma teia de relações preocupada com suas práticas masturbatórias. Em outras palavras, a masturbação infantil torna-se um problema tanto para os pais como para a sociedade como um todo e passa a ser perseguida pela família, instituição escolar ou jurisdições voltadas para a higiene pública (FOUCAULT, 2018).

Doravante as relações pais-filhos, as relações irmão-irmã, as relações marido-mulher vão se tomar, em suas perturbações internas, o domínio de investigação, o ponto de decisão, o lugar de intervenção da psiquiatria. O psiquiatra se torna então

agente dos perigos intrafamiliares no que eles podem ter de mais cotidiano. O psiquiatra se torna médico de família em ambos os sentidos do termo: ele e o médico que é pedido pela família, que é constituído como médico pela vontade da família, mas é também o médico que tem de tratar de algo que ocorre no interior da família. É um médico que tem de tratar, do ponto de vista médico, desses distúrbios, dessas dificuldades, etc., que podem se desenrolar na própria cena da família. A psiquiatria se inscreve pois como técnica de correção, mas também de restituição, do que poderíamos chamar de justiça imanente nas famílias (FOUCAULT, 2001, p. 185).

Assim, o médico é submetido a um “campo disciplinar definido pela família” e por outras instâncias disciplinares, como a escola e a vizinhança. Na relação entre a prática médica e a família, os objetos da intervenção médica são intensificados e atravessados pelas instituições. “Portanto, a psiquiatria reitera essas instâncias, as atravessa, as transpõe, as patologiza; em todo caso ela patologiza o que poderíamos chamar de restos das instâncias disciplinares” (FOUCAULT, 2001, p. 189).

A família torna-se consumidora da psiquiatria; com este campo assumindo para si a prerrogativa de nomear patologias e designar condutas saudáveis ou doentes. Segundo Foucault (2001, p. 136):

Daí em diante, o funcionamento sintomatológico de uma conduta, o que vai permitir que um elemento de conduta, uma forma de conduta, figure como sintoma de uma doença possível, vai ser, por um lado, a discrepância que essa conduta tem em relação as regras de ordem, de conformidade, definidas seja sobre um fundo de regularidade administrativa, seja sobre um fundo de obrigações familiares, seja sobre um fundo de normatividade política e social. São, portanto, essas discrepâncias que vão definir uma conduta como podendo ser eventualmente sintoma de doença.

A literatura científica mune-se de manuais que orientam as famílias a evitarem a prática masturbatória das crianças. No entanto, alguns recursos são também destinados às próprias crianças, com o objetivo de demonstrar as más consequências de tal prática. Enfim, o discurso científico une forças com as instâncias disciplinares para afastar a criança de qualquer possibilidade de estímulos masturbatórios.

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não tem sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado (FOUCAULT, 2017, p. 8).

Às famílias, como responsáveis pela vigilância constante da criança nessa “cruzada antimasturbatória” (FOUCAULT, 2001, p. 302), era atribuído o papel substancial de evitar todas as doenças que se acreditava serem derivadas da masturbação infantil. Ou seja, o discurso científico atribuía a masturbação infantil todas as doenças sem motivos aparentes. Esse fato seria o princípio da sexualidade como conceito que busca responder “tudo o que,

de outro modo não é explicável”. Além de ser um modo de culpabilizar o próprio doente por sua condição, pois só se masturba (e por isso adocece) quem assim decidir, mesmo tendo consciência das mazelas de tal prática (FOUCAULT, 2001, p. 306).

No entanto, Foucault (2001) aponta a ressalva de que a criança é responsabilizada, mas não culpada pela prática masturbatória. A culpa é sempre externa a ela, oferecida pelo exemplo voluntário ou involuntário de uma outra pessoa adulta. “Trata-se da sedução pura e simples” (p. 309) do adulto sobre a criança; é sobre isso que se trata a masturbação.

Por esse motivo os criados são culpados por estimularem de alguma forma esse mal, ou ainda, “em última instância, a culpa dos pais, pois é porque os pais não querem cuidar diretamente dos filhos que esses acidentes podem se reproduzir. É a ausência do cuidado, é a desatenção, é a preguiça, é o desejo de tranquilidade deles” (FOUCAULT, 2001, p. 310) o responsável pela prática masturbatória.

Com esse questionamento dos cuidados familiares, os pais tornam-se os responsáveis basilares e a casa das famílias um espaço de vigilância constante sobre o corpo da criança³. Sobre isso Foucault (2001, p. 315) afirma que:

Foi valorizando a sexualidade da criança, mais exatamente a atividade masturbatória da criança, foi valorizando o corpo da criança em perigo sexual que se deu aos pais a diretriz imperativa de reduzir o grande espaço polimorfo e perigoso da gente da casa e constituir com seus filhos, sua progenitura, uma espécie de corpo único, ligado pela preocupação com a sexualidade infantil, pela preocupação com o auto-erotismo infantil e com a masturbação.

Na concepção de Foucault (2017, p. 19), até o século XVIII, o ingresso do sexo para uma discursividade tipicamente moderna, ocorrida por meio da “explosão discursiva”, era mais ligada à moralidade. Não obstante, a partir daí, como já mencionado, além de estar relacionado com a moralidade, ele entra também para o campo da racionalidade.

Desde a Idade Média, a moralidade ocidental dá “à confissão um papel central”, que, com a emergência do campo da racionalidade, permanece primordial na construção dos saberes poderes modernos (FOUCAULT, 2001, p. 65). A prática da confissão é derivada das penitências religiosas presentes na sociedade ocidental a séculos. No entanto, a racionalidade moderna se utiliza dessa prática da confissão como “uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade”, especialmente a verdade sobre o sexo (p.

3 É importante destacar, conforme Foucault (2017, p. 113), que a figura da mulher é considerada substancial nesse processo, pois ela é quem adquire a responsabilidade pela gestão da vida da criança que produziu, “por meio de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação”. Por isso, seu papel, no espaço familiar moderno, torna-se extremamente relevante e espera-se muito dela nesse sentido. Constatação que levanta questões interessantes sobre o peso das relações de gênero na divisão do trabalho de educação das crianças nesse contexto e nos períodos que decorrem dele.

66). É a partir da prática da confissão que os saberes modernos irão se desenvolver e se estabelecer enquanto estatuto de verdade.

Nesse sentido, na cultura ocidental, a confissão é a técnica dominante, e todos são forçados a confessar-se, seja espontânea ou forçosamente. A confissão opera como um ritual presente em várias relações pessoais e que leva o indivíduo a refletir sobre si e confessar-se para o outro. Sobre essa relação entre o sujeito da confissão e seu interlocutor, Foucault (2017, p. 69) esclarece que:

a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se, enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação.

Assim, a confissão foi adotada nas sociedades modernas como uma espécie de método, que se difunde pelas mais diferentes relações de poder/saber e se configura como o meio pelo qual o discurso científico sobre o sexo pode estabelecer-se. A imersão da confissão nos procedimentos científicos configura a produção de um dispositivo de sexualidade, produtor de verdades sobre o sexo e, com isso, do próprio conceito de sexualidade como “correlato dessa prática discursiva desenvolvida lentamente, que é a *scientia sexualis*” (FOUCAULT, 2017, p. 77, grifo do autor).

Em consequência da produção do dispositivo de sexualidade, sexo e sexualidade em geral são regulados, não pela proibição, mas pelas práticas discursivas que vão inseri-lo como elemento substancial na condução das condutas dos sujeitos, o que por sua vez, vai aumentar o poder do Estado sobre os indivíduos e a população de maneira geral. A partir desse dispositivo foram definidos onde, quando, de que forma e quem poderia falar sobre o sexo. Ao estabelecer-se “em que situações, entre quais locutores, em que relações sociais” poder-se-ia falar sobre o sexo, na relação entre adultos e crianças, ele entrou em uma “economia restritiva”, enquanto no grau dos saberes os discursos sobre o sexo não pararam de multiplicar-se (FOUCAULT, 2017, p. 20).

Com isso, a sexualidade vai tornar-se “economicamente útil e politicamente conservadora”, a partir de três códigos de conduta: “o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil”. Esses três códigos, centrados nas relações conjugais, fixaram as normas sobre o sexo e traçaram as fronteiras entre as condutas consideradas lícitas ou ilícitas (FOUCAULT, 2017, p. 40-41).

A partir disso, o sexo torna-se um assunto sobre o qual “não se deve simplesmente condenar ou tolerar. Mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo” (FOUCAULT, 2017, p. 27). Desse modo, com a emergência da Modernidade, o sexo torna-se uma questão de polícia. Isso quer dizer que se sentiu uma necessidade de regulação do sexo “por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor da proibição” (p. 28).

Com o surgimento da população nos problemas políticos e econômicos, várias questões ligadas ao sexo entram para as preocupações do Estado.

É necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas [...] (FOUCAULT, 2017, p. 29).

A partir do século XVIII, a sociedade reconhece as maneiras como os indivíduos se relacionam com seu sexo, na tentativa de gerir uma conduta sexual de toda a população por meio dos discursos ligados ao dispositivo de sexualidade. Dessa maneira, toda a população torna-se alvo de intervenções e análises, especialmente a população infantil (FOUCAULT, 2017).

A educação das crianças passou a servir como aliada nessa gestão das condutas sexuais. Se até a primeira metade do século XVII, como aponta Ariès (2014) as crianças não eram percebidas como seres distintos dos adultos e estavam inseridas nas atividades cotidianas fazendo parte de jogos e brincadeiras sexuais, a partir da segunda metade isso começa a extinguir-se. Anteriormente ao ingresso da sexualidade infantil a racionalidade moderna, o pudor da burguesia vitoriana a regulou na ordem moral, no entanto, a partir do século XVIII, quando o dispositivo de sexualidade é elaborado como um instrumento do poder disciplinar e do biopoder, as crianças tornaram-se um grupo estratégico de intervenção de várias instancias sociais (FOUCAULT, 2017).

Por mais que possa parecer que houve um afável e desprezioso silenciar sobre o que envolve a infância, Foucault (2017) nos lembra de observar a configuração arquitetônica, os regulamentos disciplinares e a organização como um todo dos colégios do século XVIII. Na escola, as crianças se encontram em constante vigilância e sujeitas à punição. Seguem uma série de regras para aumentar sua produtividade e obediência às normas, além de sofrerem sanções pelas transgressões ao que é estabelecido. O autor argumenta ainda que, neste espaço, o trato sobre o sexo é contínuo e ininterrupto, e a instituição escolar se organiza visando uma efetiva regulação do sexo das crianças. Ou seja, a existência da sexualidade na infância é detectada e por isso regulada. O poder exercido nas escolas visa, então, fortalecer as aptidões da força humana por meio de uma vigilância individual que resulta no adestramento do vigiado (FOUCAULT, 2014).

Por mais que os assuntos relacionados ao sexo possam não ser mais tratados abertamente com as crianças como eram na Idade Média, quando esses indivíduos vivam livremente entre os adultos, foi “preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros” (FOUCAULT, 2017, p. 31). Por isso, os diferentes saberes se unem na tentativa de regular essas questões, e uma vasta literatura sobre o assunto ganha intensidade.

As instituições pedagógicas concentraram-se no tema da sexualidade de maneira especial no século XVIII. Pensou-se em diferentes maneiras de instalação dos assuntos, os conteúdos ganharam uma codificação e os enunciadores foram qualificados de acordo com o que era recomendado pela literatura científica (FOUCAULT, 2017).

É importante destacar que essa ciência se organiza a serventia de uma moral. Sua efetivação produz efeitos de verdade sobre os sujeitos que se sentem amedrontados, dado que é uma ciência que aponta os males imaginários das sexualidades periféricas⁴, transgressoras da moral dirigente. Sobretudo a partir do século XIX, o saber médico se organiza nas relações de poder de modo a enunciar um discurso racional sobre as questões do sexo (FOUCAULT, 2017). Esse saber se mostrava “mais servil ante as potências da ordem do que dócil às exigências da verdade” (2017, p. 60). Entretanto, ganha respaldo social como uma verdade sobre o sexo, sua correção e efeito.

Por esse motivo, se constituiu em torno do sexo um aparelho produtor de discursos, que se enuncia como parte de um dispositivo complexo que produz a sexualidade na qualidade de verdade sobre o sexo (FOUCAULT, 2017). A sexualidade corresponde às práticas discursivas produtoras de verdade que Foucault (2017) vai chamar de *scientia sexualis*.

Foucault (2017) defende que a sociedade ocidental foi a única a produzir essa *scientia sexualis*. Segundo o autor, somente a cultura ocidental, na tentativa de revelar uma verdade sobre o sexo, estabeleceu “procedimentos que se ordenam, quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão” (p. 64-65).

Outras sociedades, como “a China, o Japão, a Índia, Roma, as nações arábico-muçulmanas”, organizaram suas questões sobre o sexo em torno de uma “*ars erotica*”, que se edifica sobre uma verdade “extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência”. O prazer é a grande questão da *ars erotica*, e os saberes se organizam em torno dele. Nas palavras de Foucault, os saberes sobre o sexo devem “recair, proporcionalmente, na própria prática sexual, para trabalhá-la como se fora de dentro e ampliar seus efeitos” (2017, p. 64, grifo do autor).

4 De acordo com Foucault (2017, p. 43), o casal heterossexual e monogâmico obtém uma maior discricção no tocante à prática da confissão, pois são os ditadores da norma. Nesse sentido, quando o autor disserta sobre as práticas sexuais periféricas, refere-se àquelas que são amplamente interrogadas: “a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos”. Dentre tantas possibilidades, as práticas sexuais periféricas são todas aquelas que se encontram fora da regra ditada pelo casal procriador.

O segredo que permeia a *ars erotica* é fundamentado a partir de um certo misticismo sobre os efeitos da revelação. A necessidade de discrição sobre o sexo é praticada, “pois, segundo a tradição, perderia sua eficácia e sua virtude ao ser divulgado”. Nesse sentido, o “mestre detentor dos segredos” é responsável por encaminhar sabiamente seu discípulo à iniciação que visa proporcionar o “domínio absoluto do corpo, gozo excepcional, esquecimento do tempo e dos limites, elixir de longa vida, exílio da morte e de suas ameaças” (FOUCAULT, 2017, p. 64).

Em contraposição a essa *ars erotica*, a sociedade ocidental produz a *scientia sexualis*, que está preocupada em produzir discursos verdadeiros sobre o sexo, na tentativa de conciliar a técnica da confissão com questões postas pelo discurso científico. É em virtude disso, que o sexo é um foco primordial dos saberes na modernidade, pois além dos saberes científicos estarem mobilizados em encontrar as verdades sobre o sexo, os próprios indivíduos são forçados a prática da confissão.

Com todo esse cuidado sobre as questões relacionadas ao sexo que Foucault (2017) indica, a incitação aos assuntos sexuais também ocorreu no âmbito infantil. Falou-se do sexo das crianças, falou-se com elas, e elas próprias foram motivadas a falarem com pais, professores e médicos sobre o assunto. Tudo isso objetivando “encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirige a elas, ora fala delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa” (FOUCAULT, 2017, p. 33).

A partir disso, o sexo da criança tornou-se um foco especialmente importante nas relações de poder. A partir dele se produziram diversos dispositivos institucionais e estratégias discursivas, com discursos múltiplos que se aplicaram atravessados uns pelos outros, criando o que Foucault (2017, p. 35) chama de “feixe de relações de poder”.

Os aparelhos criados a partir da emergência da Modernidade para falar e fazer falar sobre o sexo se inserem e se multiplicam nas relações de poder, servem como meio para o exercício do poder e não estão contra ele. Além disso, os focos das emissões desses discursos são dispersos, possuem formas diversas e se desdobram na rede que os liga (FOUCAULT, 2017).

De qualquer forma, a sexualidade da criança é interrogada, “foram perseguidos seus ‘hábitos solitários’” (FOUCAULT, 2017, p. 46). As práticas masturbatórias das crianças foram percebidas como prejudiciais pelos saberes científicos e, por isso, foram perseguidas pelos médicos e pedagogos no intuito de combatê-las. Todos foram sensibilizados sobre essa questão, na busca de compreender e cercar os elementos que pudessem induzir ou permitir a prática onanista. Para isso foram pensados e aplicados dispositivos de vigilância e com eles discursos que impunham a necessidade de confissão, além de discursos corretivos. Sobre isso Foucault (2017, p. 47) aponta que:

foram alertados os pais e os educadores, sendo entre eles semeada a suspeita de que todas as crianças eram culpadas e o medo de que eles próprios viriam a ser considerados culpados caso não desconfiassem suficientemente: tiveram de per-

manecer vigilantes diante desse perigoso recorrente, foi prescrita a sua conduta e recodificada a pedagogia; e implantadas sobre o espaço familiar as bases de todo um regime médico-sexual

Todo esse esforço em vigiar o onanismo infantil propicia o avanço do poder, a intensificação de suas articulações e efeitos, ao passo que vai penetrando no real. Em virtude disso, Foucault (2017, p. 50) defende que “o poder ganha impulso pelo seu próprio exercício; o controle vigilante é recompensado por uma emoção que o reforça; a intensidade da confissão relança a curiosidade do questionário; o prazer descoberto flui em direção ao poder que o cerca”.

A partir disso, Foucault (2017) lança a ideia de dupla incitação do prazer poder. O poder sobre a sexualidade oferece um prazer de vigiar e revelar, além de um prazer de, ao mesmo tempo, ter que escapar desse poder.

3 A INFÂNCIA DEVORADA PELO PODER

O conceito de infância é, na atualidade, amplamente discutido a partir de diferentes vertentes teóricas, com vários autores se dedicando a contribuir com essa discussão. No entanto, por um longo período, a história da infância ficou à margem das pesquisas acadêmicas e nenhum autor havia produzido nenhum trabalho amplamente difundido sobre a temática. Foi somente a partir da publicação de *História social da criança e da família*, que Ariès (2014, p. 99) inaugura as pesquisas sobre a história da infância e demonstra, a partir de sua análise, qual seria o período de emergência do que chama de “sentimento de infância”.

A partir das contribuições de Ariès (2014), é possível reiterar que a criança medieval não tinha importância social; “era, no máximo, uma figura marginal em um mundo adulto” (HEYWOOD, 2004, p. 10). É visto que, as modificações em relação a essa ausência da infância foram modificando com o passar do tempo. Na atualidade, a infância ocidental, de maneira habitual é ser considerada como uma faixa etária “que molda o caráter e o destino de um indivíduo” (HEYWOOD, 2004, p.10), por isso é zelada e protegida. A criança é considerada um sujeito de direitos próprios com suas peculiaridades percebidas, preservadas e respeitadas. Outrossim, “acabamos por associar a infância, em termos gerais, a características como a inocência, vulnerabilidade e assexualidade” (HEYWOOD, 2004, p.12), além é claro da fragilidade.

Desse modo, para compreender a infância, é necessário ter clareza do processo de reorganização da representação social acerca do tema, acontecido historicamente, e que desemboca na concepção moderna de que a infância é uma construção social, mas não homogênea, pois varia em função de especificidades relativas a cada sociedade e aos grupos sociais que dela fazem parte, como também sob influência de fatores que incidem sobre o tecido social conforme a época considerada. Assim, a própria infância pode ser

significada e vivida de maneiras distintas nos diferentes tempos históricos e nas mais diferentes realidades socioculturais e existenciais.

Apesar da inegável relevância que Ariès oferece para as pesquisas sobre a história da infância, o desenvolvimento de diferentes reflexões acerca da temática faz emergir algumas críticas ao pensamento do autor. Contudo, dentre as diversas contribuições desse teórico, o que nos interessa, nesse momento, é pinçar a ideia de que a separação existente na cultura ocidental moderna, entre adultos e crianças, não foi algo que sempre existiu.

Distintos autores concordam que o período entre os séculos XVI e XVII, marcado por acentuadas transformações econômicas e sociais, como a ascensão da burguesia e o desenvolvimento de um ambiente cultural, humanista e racionalista, remete ainda ao momento em que sociedades europeias passaram a conceber a noção de separação entre a criança e o adulto (OZINSKI; CUNHA, 2020, p. 6).

Como mencionado, a infância moderna surge em um espaço de mudanças políticas e sociais profundas que foram produzindo novos arranjos sociais, trazendo à tona novas formas de compreender o papel das instituições na produção dos sujeitos (BUJES, 2000). Como uma importante complementação da teorização de Foucault desenvolvida no tópico anterior, Moruzzi (2017) se utilizando do próprio autor, defende a notoriedade das reformas religiosas na configuração da ideia de infância. Segundo a autora, um dos recursos utilizado pelas reformas religiosas foi a instauração de instituições escolares com o objetivo de evangelizar e moralizar as crianças.

Assim, iniciou-se um processo de investimento sobre os corpos, criando uma ideia de pudor e inocência do sujeito infantil. Ou seja, com objetivos evangelizadores os discursos religiosos viabilizam a produção de uma infância inocente, que não pode ser culpabilizada por qualquer contato com a sexualidade. Desse modo, a ideia de infância inocente vai se estruturando a partir das reformas religiosas e se configurando para a produção da moralidade burguesa em torno da sexualidade infantil (MORUZZI, 2017).

No século XVII, com a escrita da Didática Magna, Comenius mobiliza os saberes e poderes voltados à religião, articulando com os políticos e científicos. Com isso, Comenius coloca a criança como sujeito central do processo de escolarização e do discurso educacional (CORAZZA, 2000). Desse modo, segundo a autora, ele defende um discurso veiculador e produtor de uma determinada forma de compreender a infância, colocando a criança como objeto da reforma religiosa e social.

Comenius objetiva preservar uma suposta inocência infantil que o discurso religioso (e posteriormente, o discurso científico) parece tratar como ideal ao ser humano. Porém, apesar percebida a partir de sua inocência a criança é resultado do pecado carnal e portanto culpada indireta dele, isso torna sua inocência frágil e necessitada de preservação por meio da prática educacional. A partir do que pode ser percebido em Comenius é somente pela prática educacional que a natureza inocente da criança pode ser mantida e não se

deixe levar por um mundo que é mau (CORAZZA, 2000). É assim, que o conhecido antagonismo moderno se estabelece entre o adulto – o pecador – e a criança – um indivíduo em estado de graça (CORAZZA, 2000).

Com isso, Corazza (2000) defende que a infância nasce antes de poder disciplinar, porém, em uma roupagem distinta, a partir de outra configuração das relações de poder. Para ela, a produção dos sujeitos infantis se modifica com os efeitos das tecnologias disciplinares e estratégias de poder, saber e verdade que mais tarde vão articular a infância moderna.

No entanto, por ser resultado do pecado e de alguma forma estar ligada à culpa, até o Humanismo a criança é posta em um duro regime. Esse regime vai ser amenizado somente com a chegada de um poder que educa e escolariza, com a inclusão da figura do aluno, por meio da política do bom governo do estado (CORAZZA, 2000). Para isso, é preciso conhecer a criança em suas particularidades, para, então, classificá-la e normalizá-la. Ela se torna um objeto de governamentalidade moderna (CORAZZA, 2000).

Somente o poder moderno, estabelecido por uma questão de governo, é capaz de gerenciar a população infantil, voltando-se para a educação da criança aluna. A criança entra para o campo de visão do poder do Estado, que também se configura como um poder político sobre a vida das crianças. Poder esse que se organiza e se aplica como fortalecedor do poder estatal (CORAZZA, 2000).

Corazza (2000) defende que o poder de ensinar tudo a todos objetivado por Comenius instaura um poder de polícia sobre a criança, vigiando tudo o que é realizado por elas. A razão dominante na educação escolar é criada pelas regras de poder produzidas pelas maneiras de educar pensadas por Comenius e fortalecidas pela racionalidade do estado moderno (CORAZZA, 2000).

Com isso, na Modernidade, “a pedagogia será o domínio em que a arte de governar os infantis e suas vidas se produzirá” (CORAZZA, 2000, p. 17). Além disso, será o método de análise das populações e dos indivíduos, por meio do poder de polícia pedagógica, enunciado desde Comenius. Os discursos voltados à criança, seja no âmbito individual ou coletivo, entram na órbita do poder da polícia pedagógica.

Bujes (2000) expõe que o contexto de mudanças dentro do qual ocorre a emergência da infância moderna acontece, entre outros aspectos, por uma nova forma de perceber a razão humana estabelecida pelo Iluminismo, que se associa à ideia de progresso. As invenções das instituições são consideradas positivas para o desenvolvimento dessa aclamada razão indispensável ao progresso social (BUJES, 2000).

As relações de poder tomam a criança como objeto de saber, e isso torna seu corpo alvo de um saber poder que ganha utilidade com o desenvolvimento de sua docilidade e produtividade. “Os corpos e as mentes infantis tornam-se objetos das ciências” (BUJES, 2000, p. 29) no intuito de potencializar suas habilidades, ensinar seus limites. Para chegar a esse fim, o desenvolvimento infantil é monitorado, e suas ações são reguladas, engen-

dradas em um saber que revela a vontade de poder sobre seus corpos. Os efeitos desses saberes se desenvolvem a partir da descrição dos processos do desenvolvimento infantil, estabelecendo quais aspectos são desejáveis (BUJES, 2000).

Como outro lado de uma mesma moeda, essas descrições do desenvolvimento infantil sustentam a criação de novos saberes, ou seja, produzem-se mecanismos para a fabricação de sujeitos como aqueles que se procurou descrever. Esses conhecimentos alicerçam tanto a regulação, quanto a normalização dos sujeitos infantis, demonstrando a inserção desses saberes nas relações de poder. Essa construção de conhecimento sobre a infância cria práticas educacionais direcionadas para as crianças (BUJES, 2000).

As crianças tornam-se alvo das intervenções das tecnologias disciplinares por meio de “operações políticas, intervenções econômicas, de campanhas ideológicas de moralização e de escolarização, de uma intervenção calculada” (BUJES, 2000, p. 28). A preocupação com a condução das condutas infantis faz funcionar toda uma rede de saberes especializados nas crianças e na melhor forma de educa-las.

Os saberes modernos sobre a infância operam na fabricação de efeitos de verdade, formação de categorias, noções e termos que fazem com que pensar sobre a criança ocorra dentro de um determinado enquadramento. Foucault (2017, p. 113) aponta para um forte investimento na educação da criança, tendo a “pedagogização do sexo da criança” como um conjunto estratégico desenvolvido no interior do dispositivo de sexualidade⁵, mas que criam “dispositivos específicos de saber poder a respeito do sexo”.

Nessa perspectiva, o interesse em relação à criança aponta para uma tentativa de silenciar seu corpo e inseri-lo em uma norma estabelecida pela literatura científica que busca tirar da criança qualquer relação dessa com o ato sexual. Para isso, produz-se “toda uma arquitetura em torno desse silêncio e dessa vigia” (MORUZZI, 2017, p. 282), o que corrobora com o poder de polícia pedagógica apontado por Corazza (2000).

Foucault (2017) entende que a entrada da sexualidade para a discursividade do século XVIII demonstra uma vontade de saber que leva o dito e o não dito sobre o sexo a um regime de verdade. Isso significa que o dito e o não dito sobre o sexo se inserem na complexa rede de saberes e poderes em que o controle sobre os discursos se acentua e se estabelece no discurso científico. No domínio dos especialistas do saber, os saberes sobre o sexo tornam-se discurso verdadeiro, e é ele que direciona as formas de educar a criança moderna e sua relação com a sexualidade..

É importante apontar que não são apenas os saberes sobre o sexo da criança que entram nessa rede de saber poder, mas todo conhecimento sobre os sujeitos infantis ganham centralidade. O início da percepção moderna sobre a criança é impulsionado pela atenção a seu corpo e sexo, o que faz advir práticas discursivas que descrevem a infância e

5 Dentro desse conjunto estratégico, para além da pedagogização do sexo da criança, Foucault (2017) menciona: a histerização do corpo da mulher, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso.

determinam a forma de vivê-la, o que é norma para seu desenvolvimento físico, intelectual e cognitivo (MORUZZI, 2017).

Desse modo, podemos considerar que os sujeitos infantis são submetidos a um regime de verdade, que constrói uma “ciência da infância” (GONDRA, 2000, *apud* MORUZZI, 2017). A literatura científica voltada especificamente para a criança preocupa-se em conhecer a natureza infantil, isto é, a “essência” da criança, para que, partindo daí, possa criar uma pedagogia que atue na fabricação de adultos dóceis e úteis (FOUCAULT, 2014).

O que está em pauta é o corpo, de maneira especial, o corpo da criança, tornando-o alvo das estratégias disciplinares. A pedagogia moderna está inscrita na chave de uma sociedade disciplinar, na qual se percebe uma preocupação com esquadriñar o método, regular o tempo e o espaço para que potencializem sua utilidade (FOUCAULT, 2014). Porém, isso só é possível por meio da entrada da criança nas relações de poder/saber, pois é aí que se define a infância estabelecendo aos sujeitos infantis seu lugar social.

Com a pedagogia moderna a escola se expande. Antes ela era restrita a alguns membros do clérigo e, com o tempo, passa a acolher membros de diferentes camadas sociais. Na modernidade, a escola torna-se uma instituição primordial para o desenvolvimento da sociedade. “A criança entra, por assim dizer, em outra dimensão social a partir de sua localização no interior de uma massa desorganizada que passa a configurar a formação dos grandes centros urbanos” (MORUZZI, 2017, p. 284), ou seja, a criança entra para o problema da população.

A literatura científica e as práticas médicas voltam-se, a partir do século XVIII, à defesa dessa população. Por isso os saberes médicos encaminham a retirada da criança das ruas e sua inserção em estabelecimentos nos quais esses sujeitos infantis possam ser vigiados e orientados pelos adultos. Sob vigilância constante, a educação da criança nesse período pautava-se primordialmente nos preceitos higienistas e eugenistas, que orientavam as práticas médicas (MORUZZI, 2017).

Além da disciplina sobre o corpo da criança, agora com um novo regime de verdade que se formulava, coloca-se a população – e com ela a população infantil – no jogo de poder/saber que prescreve os modos de ser do sujeito, tornando-o adaptável a uma determinada normalidade padronizada. Esse novo ambiente social que se configurava se volta para uma educação da população de maneira massificada no centro de uma cultura definida, de uma maneira de lidar com o corpo e a sexualidade determinada, enfim, um padrão normalizado de viver (MORUZZI, 2017).

Por esse motivo, a pedagogização do sexo das crianças insere esses sujeitos em uma normalização específica, que configura determinada forma de se comportar, e a criança entra na complexa rede de saberes e poderes. A ideia de infância é uma invenção criada para suprir necessidades das relações de poder modernas no interior das redes de saberes e poderes, a qual requer a constituição de práticas discursivas e adquire funções estratégi-

cas. Usando tais apontamentos, podemos considerar a infância, assim como a sexualidade, um dispositivo histórico do poder (MORUZZI, 2017).

4 CONCLUSÃO

As questões voltadas a infância e a sexualidade nas obras de Michel Foucault, podem ser encontradas especialmente quando o autor se debruça sobre suas teorias voltadas ao dispositivo de sexualidade. No primeiro volume da *História da sexualidade*, a infância aparece ligada a figura da criança masturbadora, ocupando os saberes modernos como uma espécie de epidemia ou um mal a ser combatido. Desse modo, o onanismo infantil torna-se o principal foco de instrumentalização das famílias e da instituição escolar sendo a criança alvo do poder disciplinar. Isso ocorre em virtude de um crescente nos discursos e saberes científicos ocidentais, que a datar da modernidade estiveram engajados em regular por meio de padrões de comportamento as condutas individuais. Assim, a partir desta proliferação discursiva as verdades científicas produzem um dispositivo de sexualidade, engajado em produzir determinadas maneiras de se relacionar com as questões voltadas ao sexo e excluir outras.

Desse modo, as relações de poder emergentes no ocidente moderno, têm a criança como objeto de saber, e isso faz de seu corpo alvo de um saber poder que o dociliza no intuito de torná-lo produtivo e útil. A criança e sua sexualidade são produzidas como objetos da ciência moderna, que regulamenta suas ações e conduz sua conduta. Assim, o interesse em relação à criança demonstra a tentativa de silenciamento do seu corpo e a necessidade de encaixá-lo em uma norma pré-estabelecida pela ciência, que afasta o sujeito infantil de qualquer relação com o ato sexual. No domínio dos especialistas do saber, os saberes sobre o sexo tornam-se discurso com valor de verdade, e é ele que direciona as formas de educar a criança moderna.

A ideia de infância perpassa a produção de uma moralidade religiosa e burguesa, que encontra nas questões do sexo uma forma substancial de dominação. Desse modo, a criança é submetida a um mecanismo de vigilância constante por parte das instituições, visto que a ciência moderna produz um discurso com estatuto de verdade sobre a infância e sua sexualidade, a condução das condutas maquinadas pelas instituições modernas refletem tal produção discursiva no real. Assim, a própria família, escola e sociedade do modo geral, são instituições geradas a partir da lógica moderna que ainda estão presentes na organização social e seguem conduzindo as condutas infantis visando a moralidade burguesa apresentada no decorrer deste artigo.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BUJES, Maria Isabel. O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. **Educação e Realidade**, v.4, n. 1, p. 25-44, dez-jan/jul. 2000.

CORAZZA, Sandra. E os pequeninos, Senhor? Inocência e culpa na pastoral educativa. **Educação e Realidade**, v. 25, n.1, p. 59-92, jan./jul. 2000.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2017.

_____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: Da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MORUZZI, Andrea Braga. A infância como dispositivo: uma abordagem foucaultiana para pensar a educação. **Conjectura: filosofia e educação (UCS)**, v. 22, p. 279-299, 2017.

OSINSKI, Dulce Regina Baggio; CUNHA, Amanda Siqueira Torres. O conceito de infância no contexto da modernidade europeia (séculos XVII-XIX). **Cadernos de Pesquisa**, v. 27, n. 2, abr./jun. p. 1-23, 2020. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/11225>> Acesso em: novembro de 2020.